

Conselho de Friedman a

Valter Melo

Na próxima quinta-feira o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, regressa a Brasília, depois de uma longa viagem que empreendeu ao redor do mundo para negociar com bancos internacionais um empréstimo novo de US\$ 6,5 bilhões. Nas reuniões que teve com banqueiros, a recepção sempre foi favorável por parte dos maiores bancos, estes mais comprometidos com a dívida brasileira.

Hoje Pastore chega ao centro financeiro do Oriente Médio (Bahrein) para expor o programa de negociação aos banqueiros lá sediados. Na terça-feira cumprirá a fase mais importante de sua viagem na «City», em Londres. Lá, os banqueiros ingleses já manifestaram sua vontade em continuar emprestando ao Brasil.

Sexta-feira passada, em Honolulu, o economista Milton Friedman jogou água fria nas pretensões brasileiras, ao aconselhar os bancos pequenos norte-americanos a não continuarem emprestando ao Brasil. Com esta intervenção do Prêmio Nobel de Economia de 1976, tudo ficou mais difícil para o Brasil.

Em 20 de dezembro do ano passado, os ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas, e o então presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, reuniram-se no salão do Hotel Plaza, em Nova Iorque, com cerca de 120 banqueiros, quando propuseram, pela primeira vez, uma negociação global da dívida do Brasil. Coube a Langoni a leitura do engenhoso plano brasileiro, composto de quatro itens: Projeto 1, Projeto 2, Projeto 3 e Projeto 4. O diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière estava presente, e os banqueiros saíram atônitos e desconfiados.

Na véspera, o México havia decretado a moratória, a Polônia declara-se insolvente e a Argentina havia recorrido ao FMI. Dez meses depois, outro cavalheiro, Afonso Celso Pastore, agora ocupando o cargo que antes pertencia a Langoni, passa pelo Havaí e expõe a banqueiros norte-americanos ali reunidos um novo plano de renegociação da dívida brasileira. Pastore falou no dia 12, mas dois dias após, entretanto, esteve no mesmo local o Prêmio Nobel da Economia de 1976, Milton Friedman, que aconselhou a que nada seja emprestado ao Brasil.

Diante de 12 mil executivos de casas bancárias norte-americanas, Friedman proclamou em voz alta: «Não é sábio continuar entregando dinheiro a pagadores duvidosos, e os bancos que fizeram maus empréstimos ao Terceiro Mundo devem arcar com as consequências». E, para despertar ainda mais a atenção, disse que o Fundo Monetário Internacional «deve ser desativado».

O discurso de Friedman causou duas reações: os pequenos bancos, que são pressionados pelos grandes bancos e pelo governo norte-americano para que mantenham as linhas de crédito para o Terceiro Mundo, gostaram das sugestões de Friedman, enquanto os grandes bancos, maiores responsáveis pela dívida do Terceiro Mundo, torceram o nariz. Não lhes agradou a proposta de Friedman para

desativar o FMI, a cabeça-de-ponte deles.

Friedman se dirigiu muito explicitamente ao Brasil como devedor duvidoso, e falou bastante claro para seu discurso tomar o endereço certo. Esta, porém, não é a primeira vez que os bancos mais comprometidos com a dívida do Brasil (leiam-se Citibank, Chase, Bank of America e outros) são surpreendidos com propostas consideradas «insensatas».

Em julho último, Fritz Leutwiller, presidente do Banco Internacional de Compensações (DIS), deu um ultimato ao Brasil, para que o país pagasse US\$ 411 milhões que estavam vencendo de um empréstimo de US\$ 1 bilhão, concedido pelo BIS em dezembro de 1982. Os grandes bancos na ocasião foram tomados de sobressalto, porque temiam que o Brasil, uma vez impossibilitado de honrar seus compromissos com o BIS, viesse a declarar a moratória. O susto passou quando Fritz Leutwiller retirou a palavra. Assim, Friedman representa um susto maior, pelo seu carisma e o perigo de suas ideias pegarem.

Os Termos

O presidente do Banco Central do Brasil, Afonso Celso Pastore, pediu US\$ 6,5 bilhões de empréstimos, volume a ser rateado entre cerca de 850 bancos de todo o mundo. O prazo de pagamento deve ser acertado na base de nove anos e cinco de carência, a vigorar a partir do desembolso.

Pastore reivindica, uma vez acertado o empréstimo, que os bancos liberem US\$ 3 bilhões até a primeira quinzena de novembro, ficando o restante, US\$ 3 bilhões até a primeira quinzena de novembro, ficando o restante, US\$ 3,5 bilhões, para ser liberado em quatro parcelas iguais de US\$ 875 milhões em 1984. Os US\$ 3 bilhões que Pastore exige de adiantamento, é quanto o País prevê que precisará de recursos adicionais para fechar o balanço de pagamentos deste ano.

Para todos esses empréstimos, os maiores bancos já concordaram em reduzir 0,125% o «spread» (ou taxa de risco). No total, são US\$ 11,2 bilhões que o Brasil pretende fechar em crédito até o final do ano. Os restantes US\$ 4,7 bilhões serão conseguidos junto a entidades governamentais no âmbito do Clube de Paris.

Pastore chega hoje a Bahrein, para conversar com banqueiros do Oriente Médio e propor o plano de negociação. Amanhã segue para Londres, onde na terça-feira terá encontro com representantes do Banco da Inglaterra; de bancos de Israel, Nova Zelândia, Austria, França, Espanha, Países Baixos, Bélgica, Inglaterra (banqueiros privados), Portugal e Escandinávia.

Na quarta-feira Pastore encerra sua viagem em Zurique, onde se encontrará com dirigentes do Swiss National Bank (oficial), e ainda com banqueiros italianos, de Lichteinstein, Austria, URSS, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Líbia, Luxemburgo e Irã. Na quinta-feira, embarca de volta ao Brasil.

Desde sua posse, em 2 de setembro, na presidência do Banco Central, Afonso Celso Pastore empreendeu três viagens pelo roteiro Nova Iorque/Brasília. Novamente ele deixou o País no último dia 6, devendo retornar dia 20.

credor prejudica o Brasil